



## CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 002/2026

### (FORMA ELETRÔNICA – LEI nº14.133/2021)

O MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES/MT torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar LICITAÇÃO na modalidade “**CONCORRÊNCIA – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**”, nos termos da Lei 14.133/2021, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 140/2024, bem como, pelas disposições estabelecidas neste Edital, conforme abaixo.

Limite acolhimento das propostas:	Até dia 18/05/2026 às 08:45 horas (Horário de Brasília)
<b>Início da sessão:</b>	<b>18/05/2026 as 09h00min</b>
Local:	www.licitanet.com.br
Modo de Disputa:	Aberto

Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação do Município de BARRA DO BUGRES - MT e Equipe de Apoio, legalmente designados pela Portaria nº 03/2026, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados e ou transferidos para a “Plataforma LICITANET – Licitações On-Line” constante da página eletrônica [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

A CONCORRÊNCIA será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

Não sendo possível, por qualquer razão, realizar a sessão na data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, a prorrogação será comunicada pelos mesmos meios utilizados anteriormente, devendo os interessados acompanhar as publicações nos diários, site do Município e plataforma eletrônica.

### 1. DO OBJETO, PRAZO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E VALOR MAXIMO:

- 1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços para **CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BLOCOS COM 72 (SETENTA E DUAS) UNIDADES DE LÓCULOS CADA, TOTALIZANDO 360 UNIDADES, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO DE 01 (UM) OSSUÁRIO COM 90 (NOVENTA) GAVETAS, NO CEMITÉRIO VERTICAL RECANTO DA PAZ, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES – MT.**



**2. O critério de julgamento adotado será o de MAIOR DESCONTO, considerado o menor dispêndio para a Administração, AGENTE DE CONTRAÇÃO**

2.1. Os trabalhos do certame licitatório serão conduzidos pelo Agente de Contratação (art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021) por intermédio da Portaria nº 03/2026.

2.2. O Agente de Contratação será auxiliado pela equipe de apoio (art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) designada pela Portaria nº 03/2026.

### **3. OBJETO**

3.1. A presente licitação, por item, tem por objeto a contratação, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BLOCOS COM 72 (SETENTA E DUAS) UNIDADES DE LÓCULOS CADA, TOTALIZANDO 360 UNIDADES, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO DE 01 (UM) OSSUÁRIO COM 90 (NOVENTA) GAVETAS, NO CEMITÉRIO VERTICAL RECANTO DA PAZ, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES – MT, tendo o modo de disputa ABERTO (Art. 56 da Lei 14.133/2021) para atender as necessidades das Unidades Administrativas participantes/interessadas do município de BARRA DO BUGRES/MT.

3.2. Objeto da contratação:

3.3. Fazem parte do presente Edital os anexos abaixo relacionados:

- a) Anexo I- Termo de Referência;
- b) Anexo II - Modelo de Declarações;
- c) Anexo III - Modelo de Proposta;
- d) Anexo IV – Carta de Credenciamento;
- e) Anexo V – Declaração de habilitação.
- f) Anexo VI - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- g) Anexo VII - Minuta do Instrumento de Contrato.

### **4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

4.1. Para participar desta Concorrência, em sua forma eletrônica (art. 28 a 36, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), a licitante deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Pessoa jurídica cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
  - i. cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório; (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)



- ii. atende aos requisitos do art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 para fazer jus aos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006; (art.4º, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
  - iii. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas; (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
  - iv. inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com o município.
- 4.2. A declaração falsa sujeitará a licitante à inabilitação e ao enquadramento na infração prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 4.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não se responsabilizando a Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES – MT por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema.
- 4.4. Não poderão participar desta Concorrência:
- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - b) pessoas físicas;
  - c) pessoas jurídicas que não possuam autorização legal para a prestação dos serviços que são objeto da presente Concorrência;
  - d) empresa que possua entre seus sócios agente público vinculado à Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES - MT;
  - e) quem não cumprir os requisitos formais para participação nesta Concorrência
  - f) agentes públicos ou terceiros que se enquadrem em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;(art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
  - g) terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;(art. 9º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
  - h) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo; (art. 14, I e II e §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
  - i) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação ou contratação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, assim como aqueles que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado



o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante; (art. 14, III e § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- j) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES – MT ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;(art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- k) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;(art. 14, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- l) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; (art. 14, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- m) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- n) aqueles que se enquadrem nas demais vedações do art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5. A verificação dos impedimentos e condições de participação ocorrerá somente após a fase competitiva do certame, momento no qual o Portal Transparência (<https://www.licitanet.com.br>) permite a identificação dos participantes do certame licitatório.

4.6. Encerrada a fase de envio das propostas, o Agente de Contratação fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implice em Inelegibilidade - CNCIAI, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha ser implantado e ainda no cadastro unificado de licitantes (art. 87 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), bem como na “lista suja” de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência<sup>1</sup>, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.

4.7. Havendo qualquer impedimento, a licitante será, automaticamente, excluída da licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e em lei.

## 5. CONSÓRCIO

5.1. Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

<sup>1</sup> Disponível no endereço eletrônico: [https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro\\_de\\_empregadores.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf)



- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

5.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da ata de registro de preços, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no art. 15, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.(art. 15, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

5.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES – MT e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato. (art. 15, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

## **6. COOPERATIVA**

6.1. Nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pessoa jurídica organizada em forma de cooperativa poderá participar da licitação quando:

- a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 5.764, de 1971, a Lei Federal nº 12.690, de 2012, e a Lei Complementar Federal nº 130, de 2009;
- b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- d) o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei Federal nº 12.690, de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

6.2. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **7. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS**



7.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.2. As impugnações e os esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente de forma eletrônica pelo envio de mensagem eletrônica para o endereço: <https://www.licitanet.com.br>

7.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem e nem interrompem os prazos previstos no certame licitatório.

7.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão/Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

7.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e será divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES - MT, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/> (art. 164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.6. Acolhida a IMPUGNAÇÃO contra este Edital e seus Anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.7. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital (e seus Anexos), apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a regular realização da sessão.

7.8. Mesmo que a impugnação não seja conhecida, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados (Súmula nº 473 do STF e art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## 8. CREDENCIAMENTO

8.1. As empresas de pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através de instrumento de mandato de procuração ou outro na forma prevista na Lei 14.133/21, operador licitantes devidamente credenciado, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações na plataforma de Concorrência Eletrônica.

8.2. No horário previsto no preâmbulo deste edital, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante (Anexo IV), o qual deverá identificar-se junto ao sistema eletrônico, anexando a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de propostas, oferta de descontos e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

8.3. Se a empresa for representada por procurador, faz-se necessário que o operador, devidamente credenciado expresse de que lhe confere amplos poderes, inclusive para apresentar proposta de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame.

8.4. Deverá acompanhar a Procuração cópia do Ato Constitutivo (contrato social, registro e outros documentos legalmente aceitos), a fim de demonstrar que o outorgante possui poderes para tal.

8.5. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário,

**Praça Ferreira Mendes, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000**

**Email: [licitacao@barradobugres.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradobugres.mt.gov.br) Fone: 0800 880 1845**





deverá comprovar ser o responsável legalmente, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.6. Caso haja a substituição do representante, deverá anexar ao sistema, instrumento de procuração ou credenciamento do novo representante, documentos probatórios de sua atual condição, para que a licitante possa participar das demais fases do procedimento licitatório.

8.7. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

8.8. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens 8.2 e 8.3. não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestar-se na apresentação de descontos e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção.

8.9. As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar na proposta o estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

8.10. A não declaração, no momento do credenciamento, da licitante em referência Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

8.11. A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame, em especial quanto à tipificação prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.12. Certidão emitida pela Junta Comercial ou Cartório competente certificando a situação da empresa de enquadramento ou reenquadramento de ME e EPP (IN/DNRC nº103/2007).

8.13. O documento de credenciamento, com a apresentação da respectiva cédula de identidade ou documento equivalente com foto, e a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Anexo V), deverão vir FORA DOS ENVELOPES de “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, sendo apresentados ao Pregoeiro quando solicitados.

8.14. Os documentos de credenciamento serão apresentados e enviados juntamente com a Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

## **9. PROPOSTA**



9.1. A proposta deverá ser enviada em 01 (uma) via, em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, admitindo-se o emprego de idioma estrangeiro para expressões técnicas de uso corrente, desde que acompanhadas de sua tradução entre parênteses, suas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada por pessoa com poderes para assumir obrigações em nome da empresa (proprietário, dirigente, sócio-gerente ou mandatário), redigida com clareza, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado e, ainda, contendo:

9.2. Uma única cotação, contendo preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos fracionados até o limite dos centavos (duas casas decimais após a vírgula) e por extenso. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;

9.3. Folha de identificação da licitante, contendo: Razão ou Denominação Social, endereço completo, telefone/fax, número do CNPJ/MF e, se possível, número da conta;

9.4. O Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

9.5. A proposta que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

9.6. Declaração de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todos os custos operacionais da atividade, incluindo frete, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sem que caiba ao proponente direito de reivindicar custos adicionais.

9.7. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto desta concorrência ser fornecido, executado, sem ônus adicionais;

9.8. A não identificação na Proposta do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitante, contudo esta informação deverá ser fornecida na fase de julgamento;

9.9. Os valores ofertados devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado sob pena de desclassificação da proposta;

9.10. Não será admitida proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.11. O Agente de Contratação poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos;





9.12. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela agente de contratação;

9.13. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, uanto ao seu mérito, a proposta apresentada, tanto no que se refere às condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais, ressalvadas àquelas quanto ao preço declarado por lance verbal ou às destinadas a sanar evidentes erros materiais devidamente avaliadas e justificadas.

## 10. ABERTURA DA SESSÃO

10.1. Na data e horário previstos no item “4 - DATA E HORÁRIO” deste Edital, a sessão pública na internet será aberta automaticamente pelo sistema.

10.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento das propostas e em relação à proposta mais bem classificada.

## 11. FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. Aberta a etapa competitiva - sessão pública - as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, através do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.2. Os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL /LOTE ÚNICO**.

11.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

11.4. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.6. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema; porém, o lance poderá ser intermediário, ou seja, igual ou superior à melhor oferta registrada (art. 56, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.8. Caso seja ofertado lance inconsistente ou inexecutável, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado junto a Comissão de Contratação.

11.9. Como medida excepcional, o Agente de contratação poderá excluir a proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação, que implicará a retirada da licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

11.10. Será adotado para o envio de lances nesta Concorrência o modo de disputa “**ABERTO**” em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

11.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas subsequentes com preços até



10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final em até 5 minutos, até o encerramento deste prazo, podendo, a licitante optar por manter seu último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.

11.12. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

11.13. Durante a etapa de disputa de lances, a Comissão de Contratação, poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexecuível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance, caso confirme a exatidão do lance registrado.

11.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.15. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, sendo vedada a identificação do seu detentor.

11.16. Quando da formulação de lances pelos licitantes deverá ser observado o intervalo mínimo de **R\$10,00 (dez reais)** entre os lances ofertados na plataforma eletrônica LICITANET.

## **12. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

12.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação.

12.2. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, observado o disposto nos art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.3. Após a fase de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME ou EPP, e das demais ME ou EPP na ordem de classificação, que será disponibilizada automaticamente nas telas da Comissão de Contratação e do fornecedor.

12.4. Quanto aos ITENS, na fase de PROPOSTA será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO às ME's e EPP's, caso a proposta mais bem classificada tenha sido ofertada por empresa de médio ou grande porte e haja proposta apresentada por ME/EPP de valor até 10% (dez por cento) superior ao da melhor proposta, da seguintes formas.

- a) A ME/EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior a do licitante mais bem classificado e,



atendidas as exigências deste Edital e seus Anexos, será reclassificada como melhor proposta do certame;

- b) não sendo registrado um novo lance pela ME/EPP convocada através do sistema na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput*, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também no prazo de 5 (cinco) minutos;
- c) havendo empate de valor entre duas empresas beneficiárias do direito de preferência fixada na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, exercerá tal direito prioritariamente aquela cuja proposta tenha sido recebida e registrada pelo sistema primeiramente;
- d) na hipótese em que nenhuma dos licitantes exerça o direito de tratamento diferenciado, será mantida a ordem classificatória do certame.

12.5. Na fase de HABILITAÇÃO, será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO às ME's/EPP's que estejam com problemas de REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, à luz do disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, conforme as seguintes regras:

- a) em se tratando de ME/EPP com alguma RESTRIÇÃO na comprovação da HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, deverá (ão) ser apresentada(s) e juntada(s) aos autos a(s) respectiva(s) certidão (ões) com validade vencida ou com restrição, sendo aceita a situação parcial de irregularidade ali comprovada, julgando-se "habilitada" no certame empresa(s) nessa situação;
- b) será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões;
- c) a não regularização da documentação fiscal, social ou trabalhista, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus Anexos;
- d) no caso de decadência do direito por não regularização da situação, será facultada à convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

### 13. EMPATE FICTO

13.1. Se o melhor lance for ofertado por licitante que não se enquadre na condição de ME ou EPP, o sistema facultará a estas o exercício do direito de preferência para fins de desempate, conforme determina o art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, momento no qual a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, consoante determina o art. 45, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.



13.2. O direito de preferência de que trata o item anterior será concedido da seguinte forma:

- a) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor; e
- b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.3. Se houver equivalência de valores apresentados pelas MEs ou EPPs, que se encontrem no intervalo estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, o sistema efetuará sorteio para identificar a empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.4. Caso a ME ou EPP convocada decline de exercer o direito de preferência, o sistema convocará as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, na ordem de classificação.

13.5. Se houver êxito no procedimento especificado acima, o sistema disponibilizará nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação pelo Agente de Contratação. Não havendo êxito ou não existindo ME ou EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

#### **14. EMPATE REAL**

14.1. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, desde que não se enquadre em situação prevista nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem, mesmo não havendo envio de lances na fase competitiva.

14.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos produtos produzidos por:

- a) empresas brasileiras;
- b) empresas estabelecidas no território de Mato Grosso;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 2009.

#### **15. CONFORMIDADE DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR**



15.1. Encerrada a etapa de lances, após observado o disposto no item “8- CONSÓRCIO” deste Edital, o Agente de Contratação solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério de maior desconto unitário/total por item/lote e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo para a contratação, conforme definido neste edital.

## 16. NEGOCIAÇÃO

16.1. Definido o resultado do julgamento, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.2. Caso a proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresente preço superior ao máximo para a contratação, o Agente de Contratação deverá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes (art.61, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

16.3. No caso de desclassificação da proposta da licitante classificada em primeiro lugar, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitada a ordem de classificação. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (art.61, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

16.4. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao valor final aceito pelo Agente de Contratação, após a devida negociação, deverá ser anexada ao sistema eletrônico após solicitação do Agente de Contratação pela opção "Convocar Anexo", no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

## 17. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

17.1. Será desclassificada a proposta, que (art. 59, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis e não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) com preço superior ao estimado para a contratação;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

17.2. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço, que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação e se limite a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas (Acórdão 1217/2023 Plenário - TCU).



17.3. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pela Comissão de Contratação.

## **18. INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA**

18.1. É considerado indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

18.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, e adotados, entre outros e no que couber, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c) levantamento de informações no Ministério do Trabalho e Previdência e consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) estudos setoriais;
- j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para o fornecimento dos produtos; e
- k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

18.3. A inexecuibilidade só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

18.4. A inexecuibilidade da proposta será considerada quando a diligência comprovar que os custos da licitante ultrapassam o valor da proposta, bem como se inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

## **19. PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR**

19.1. Na hipótese de a proposta não ser aceitável ou se a licitante classificada em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o Agente de Contratação





examinará a proposta subsequente até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos descritos neste Edital.

19.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

19.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem substancialmente as propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

19.4. Caso haja necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, sendo a ocorrência registrada em ata e disponibilizada no Portal de Transparência, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitnet.com.br/>.

19.5. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao último lance ofertado pela licitante e, se necessário, com os documentos complementares solicitados pelo Agente de Contratação, deverá ser anexada ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção “Convocar Anexo”, no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

19.6. O prazo definido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, quando:

- a) solicitado pela licitante, mediante justificativa aceita pela comissão de Contratação; ou
- b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

19.7. A proposta de preços deverá ser elaborada com observância das seguintes exigências:

- a) não conter cotações alternativas, emendas ou entrelinhas;
- b) fazer menção ao número deste Edital, conter a razão social do licitante, seu CNPJ, dados bancários e endereço completo;
  - i. a falta do CNPJ e (ou) endereço completo poderá ser preenchida pelos dados constantes no sistema eletrônico.
- c) conter cotação de preço unitário e total para o item/lote ofertado, em moeda corrente nacional (Real), incluídos todos os tributos, taxas, fretes e demais encargos pertinentes, conforme Modelo de Proposta previsto no Anexo VI deste Edital;
  - i. os custos relacionados ao fornecimento do objeto deverão ser detalhados para efeito de eventual reequilíbrio dos preços contratados;
  - ii. o preço unitário/total máximo para o item/lote é o que consta do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;



- d) conter a marca e, se existir, informar o modelo;
- i. será aceita a oferta de produtos com marcas diferentes da marca de referência, desde que apresentem qualidade igual ou superior, observado o art. 42 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- e) indicar o número do CNPJ da filial ou do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal referente ao fornecimento dos materiais, indicação essa indispensável para efeito de empenho da despesa, liquidação do objeto contratado e realização do pagamento.

19.8. A apresentação da proposta implicará, necessariamente, a anuência a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto ao prazo de entrega e condições de garantia, conforme Termo de Referência- Anexo I deste Edital, bem como quanto ao prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## 20. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

20.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação, juntamente com a comissão, examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

20.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao novo valor por ela ofertado, em até 2 (duas) horas, bem como as especificações estipuladas no Edital e seus anexos.

20.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

20.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio do agente de contratação com, no mínimo, 12 (doze) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

20.5. O Agente de Contratação, poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por e-mail [licitacao@barradobugres.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradobugres.mt.gov.br), no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

20.6. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo agente de contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Agente de Contratação.

20.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto.

20.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



20.9. O Agente de contratação poderá encaminhar, por e-mail [licitacao@barradobugres.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradobugres.mt.gov.br), contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

20.10. Também nas hipóteses em que o Agente de contratação não aceitar a proposta do licitante vencedor e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

20.11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

20.12. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando os licitantes e publicando no jornal eletrônico e portal de transparência a nova data e horário para a continuidade da mesma.

20.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

## **21. HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR**

21.1. O licitante classificado em primeiro lugar na fase de propostas deverá encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Qualificação Técnica;
- c) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;
- d) Outros Documentos.

21.2. Encerrada a fase de julgamento das propostas, o agente de contratação solicitará o envio de documentos de habilitação, somente do licitante vencedor, exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do agente e avaliará a necessidade de suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

21.3. A documentação de habilitação poderá ser:

- a) apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração (art. 70, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);



21.4. O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

21.5. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

21.6. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

21.7. Até 15 (quinze) minutos antes da abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

21.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Comissão de Contratação e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

21.9. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP<sup>2</sup>, mantido pela Controladoria- Geral da União (CGU);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS<sup>3</sup>, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);

---

<sup>2</sup> Disponível em <https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>



- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa<sup>4</sup>, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- d) Sistema de Inabilitados e Inidôneos<sup>5</sup>, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

21.10. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

21.11. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação;
- c) Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- d) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

21.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

21.13. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

21.14. Somente poderá haver a prorrogação no prazo do item anterior, caso o licitante solicite sua prorrogação dentro do tempo limite concedido.

---

<sup>3</sup> Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>

<sup>4</sup> Disponível em [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

<sup>5</sup> Disponível em <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:1:115251089840080:::>



21.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

21.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

21.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

21.18. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação, juntamente com a comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.19. Para os documentos que têm prazo de validade e este não estiver expresso no documento, será considerada a validade de 90 (noventa) dias, a partir de sua emissão, se outro prazo não estiver fixado em lei.

21.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade.

21.21. Atendidas todas as disposições deste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

21.22. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

## **22. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

22.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), nos seguintes termos:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) No caso de sociedades por ações, registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;





- d) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização.

22.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **23. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

23.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal de 1988.

23.2. Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.

23.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

23.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem desclassificação, seguir-se outra microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



## 26. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**26.1.** A documentação relativa à habilitação econômico-financeira consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

**26.1.1.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data da sessão pública, salvo se o documento possuir prazo de validade expresse.

**26.1.2.** Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício – DRE e demais demonstrações contábeis exigidas por lei, referentes aos **2 (dois) últimos exercícios sociais já encerrados**, apresentados na forma da legislação vigente, devidamente assinados por contador legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa.

**26.1.3.** Patrimônio Líquido mínimo correspondente a **até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, nos termos do art. 69, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**26.1.4.** As empresas constituídas há menos de 2 (dois) exercícios poderão apresentar o balanço de abertura ou o último balanço disponível, devidamente registrado, acompanhado das demonstrações contábeis exigidas por lei.

### 24.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

#### 26.2.1. Registro Profissional da Licitante

Comprovar registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso – CREA-MT/CAU, em situação regular e compatível com o objeto licitado, nos termos da legislação profissional aplicável.

#### 26.2.2. Capacidade Técnico-Operacional

Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA-MT/CAU, que comprove(m) a execução anterior de serviços ou obras de natureza similar ou compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste edital, tais como :

- Execução de obras em concreto armado;
- Construção de estruturas verticais (lóculos, ossuários ou similares);
- Serviços de alvenaria estrutural ou convencional;



### 26.2.3. Responsabilidade Técnica

O(s) atestado(s) deverá(ão) estar acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA-MT, em nome de profissional(is) legalmente habilitado(s) e integrante(s) do quadro permanente da licitante ou com vínculo formal comprovado, em atendimento ao art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e às normas do CONFEA/CREA.

### 26.2.4. Capacidade Técnico-Profissional

Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo CREA/CAU, detentor de **Atestado(s) de Responsabilidade Técnica**, devidamente registrado(s) no conselho competente, acompanhado(s) da respectiva **CAT (Certidão de Acervo Técnico)**, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto, tais como:

- Execução de obras em concreto armado;
- Construção de estruturas verticais (lóculos, ossuários ou similares);
- Serviços de alvenaria estrutural ou convencional;

A licitante deverá comprovar que dispõe, em seu quadro permanente ou mediante vínculo formal previamente constituído, de **no mínimo 01 (um) Engenheiro Civil/arquiteto**, ambos legalmente habilitados e com registro ativo no CREA/CAU, responsáveis tecnicamente pelos serviços a serem executados, em razão da natureza do objeto, que envolve atividades de engenharia civil constantes da Tabela SINAPI.

**26.2.4.1.** A comprovação do vínculo do(s) profissional(is) com a licitante deverá ser feita por meio de contrato social, carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, termo de compromisso ou outro instrumento idôneo admitido em direito, nos termos do art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

### 26.2.5. Procedimento de Julgamento da Habilitação

Caso o licitante não atenda às exigências de habilitação técnica, o agente de contratação examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, até que seja selecionada aquela que atenda integralmente às condições estabelecidas neste edital.

### 26.2.6. Declaração do Vencedor

Constatado o atendimento às exigências de habilitação técnica e demais condições fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 25. OUTROS DOCUMENTOS

25.1. Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar declarações, conforme modelo constante no Anexo III - Modelo de Declarações, de que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;
- d) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988;
- e) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES – MT ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

25.2. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

25.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial a infração administrativa prevista no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **26. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

26.1. A proposta final do licitante habilitado e declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação via plataforma e deverá:

- a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, se a assinatura não for digital;
- b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
- c) conter os dados pessoais do responsável pela assinatura da contratação, devendo ser enviado cópia dos documentos pessoais e documento que comprove a representatividade.



26.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção administrativa à futura contratada, se for o caso.

26.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a futura contratada.

26.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos (art. 12, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

26.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

26.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

## **27. RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S)**

27.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

27.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER, com registro da síntese de suas razões, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

27.3. A aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomençará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo Comissão de Contratação em face dos demais itens do objeto da licitação.

27.4. Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, e será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

27.5. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) agente de contratação durante todo o certame licitatório, não sendo meio adequado para impugnar regras do Edital e seus Anexos.

27.6. Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, o Agente de Contratação fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou,



motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos pressupostos recursais de admissibilidade.

27.7. Será rejeitada a INTENÇÃO DE RECURSO de caráter protelatório que:

- a) seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;
- b) seja intempestiva;
- c) não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo Agente de Contratação no certame; e/ou
- d) seja fundamentada em mera insatisfação do licitante, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.

27.8. A apresentação das razões pela recorrente e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata e da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, respectivamente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

27.9. Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.

27.10. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso administrativo, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis no próprio Portal de Transparência.

27.11. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com o(a) Comissão de Contratação por intermédio do e-mail [licitacao@barradobugres.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradobugres.mt.gov.br) ou, nos dias úteis, pelo(s) telefone(s): 0800 880 1845.

27.12. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema, no prazo legal, importa preclusão do direito de recurso, possibilitando a adjudicação do objeto e homologação do certame. A critério do Agente de Contratação e comissão, ou da Autoridade Superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", Constituição Federal de 1988).

27.13. Mesmo que o recurso administrativo não seja conhecida, a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados (Súmula nº 473 do STF e art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

27.14. Não cabe RECURSO ADESIVO por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.





27.15. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

27.16. Na análise e julgamento do recurso administrativo, poderá o Agente de Contratação baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica competente, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.

27.17. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, a Comissão de Contratação deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de JUÍZO DE RETRATAÇÃO:

- a) reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou
- b) manter inalterada a decisão recorrida.

27.18. Qualquer que seja a decisão da Comissão de Contratação, o processo será submetido, depois de devidamente instruído pela Comissão de Contratação), à apreciação da Autoridade Superior (art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), que poderá:

- a) decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão da Comissão de Contratação; OU
- b) determinar prévia emissão de parecer da área técnica e/ou jurídico para subsidiar sua decisão.

27.19. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados. (art. 165, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

27.20. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente da Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES – MT para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **28. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

28.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

28.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



28.3. A convocação se dará por meio da plataforma de disputa, e do portal da transparência do município, de acordo com a fase do procedimento licitatório, de acordo com o endereço eletrônico registrado na proposta.

## 29. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

29.1. Nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

29.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

29.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

29.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## 30. REGISTRO DE PREÇOS

30.1. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares para assinatura da Ata de Registro de Preços - ARP (Anexo IV), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas.

30.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

30.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

30.4. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual



prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo da aplicação da(s) penalidade(s) do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

30.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

30.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP (<https://pncp.gov.br/>) e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

30.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

30.8. A Ata de Registro de Preços – ARP terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, limitada a 02 (dois) anos.

30.9. Em caso de prorrogação, será garantido o REAJUSTE previsto na Lei 14.133/2021 e suas alterações.

30.10. Não serão aceitas propostas para registros de preços com indicação de quantidades inferiores àquelas previstas em cada item do objeto da presente licitação, como também não serão permitidos registros de mais de um preço por cada item do objeto.

30.11. Poderá haver ADESÃO à ARP por qualquer órgão ou entidade pública não participante do presente certame licitatório, desde que observados os limites, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (art. 86, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

30.12. O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 86, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

30.13. É expressamente proibida a participação de órgão ou entidade pública que já participe de outro SRP em andamento, ou integre outra ARP, com objetos semelhantes ao do presente SRP (art. 82, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

30.14. Não poderá haver acréscimo(s) no(s) quantitativo(s) registrado(s) na ARP.

30.15. Caberá à Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES – MT o gerenciamento e controle da ARP no seu próprio interesse, como também a formalização, gestão e fiscalização de suas próprias contratações, observadas as atribuições e competências indicadas na Minuta da ARP (Anexo IV).

30.16. O Particular, titular do Registro de Preços, obriga-se a cumprir integralmente as obrigações contidas na ARP, salvo quando houver cancelamento ou rescisão do registro, submetendo-se às sanções administrativas previstas na cláusula “33 - SANÇÕES



ADMINISTRATIVAS” em caso de inadimplência, observado o devido processo legal.

### **31. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

31.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original

31.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

31.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

31.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

31.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

31.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **32. CONTRATAÇÃO**

32.1. Previamente à contratação serão consultados os documentos de habilitação da empresa beneficiária da ARP, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, assim como serão verificadas as ocorrências impeditivas indiretas.



32.2. Na hipótese de irregularidades na habilitação, a empresa beneficiária da ARP deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula “33 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”.

32.3. Como condição para a efetivação da contratação, a licitante adjudicatária deverá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação, o seguinte documento, se for o caso, de declaração de que está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - Simples Nacional - para efeito do disposto no inciso XI, art. 4º da IN RFB nº 1234, de 2012, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, conforme modelo constante do Anexo VII da referida IN.

32.4. Nos termos do art. 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Instrumento de Contrato a ser assinado será conforme minuta constante no Anexo VII.

32.5. Em caso de utilização da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES – MT enviará, por meio do correio eletrônico indicado na proposta, cópia do Instrumento de Contrato à futura contratada, devendo esta ser devolvida assinada digitalmente, sem qualquer modificação, em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de caracterização da conduta tipificada no art. 155, VI e/ou IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

32.6. A Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES - MT enviará, por meio do correio eletrônico indicado na proposta, cópia da Ata de Registro de Preços e, em caso de utilização da ARP, o Instrumento de Contrato, devendo o mesmo dar o aceite em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de caracterização da conduta tipificada no art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

32.7. Na hipótese de a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços ou o o Instrumento de Contrato no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a celebração da contratação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, sem prejuízo da aplicação das sanções neste Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis (art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

32.8. Caso nenhuma licitante aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, se for o caso, poderá (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, com vista à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do ofertado pela adjudicatária;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

32.9. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-



se às penalidades previstas neste Edital e em lei (art. 90, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº14.133, de 2021).

32.10. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a assinatura da ARP, ficarão as licitantes liberadas do compromisso assumido (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº14.133, de 2021).

32.11. Será facultada à Administração a convocação das demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios definidos neste Edital (art. 90, § 7º, da Lei Federal nº14.133, de 2021).

### **33. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DE LICITAÇÃO**

33.1. No caso de a licitante ou a contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será responsabilizada administrativamente em uma ou mais das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

33.2. A recusa da licitante vencedora em formalizar a Ata de Registro de Preços respectiva no prazo estabelecido pela Administração será considerada como inexecução total da obrigação assumida, ensejando a aplicação das sanções previstas em lei e neste Edital.

33.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

33.4. No caso de sanções de licitação, não será aplicada a penalidade de advertência; as sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

33.5. O processamento das penalidades seguirá os ditames da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

33.6. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do art. 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **34. PROTEÇÃO DOS DADOS NA LICITAÇÃO**

34.1. Ao participar da presente licitação, e em atenção ao que dispõe o art. 7º, I, da Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), as licitantes ficam





cientes e fornecem consentimento para que a Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES - MT, com base no previsto no art. 7º, II e III, c/c o art. 23 Lei Federal nº 13.709, de 2018, irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018, em especial os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção. Estão cientes ainda de que é permitido manter e utilizar tais dados pessoais mesmo após a extinção do contrato, para fins de fiscalização e controle dos contratos administrativos, nos termos do art. 16, inciso I da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

34.2. A(s) licitante(s) e a Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES – MT obrigam-se a cumprir o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do contrato.

34.3. As partes ficam obrigadas a comunicar UMA A OUTRA, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta licitação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

34.4. Para a execução do objeto, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 (LGPD), na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a(s) Licitante(s) e seus representantes ficam cientes do acesso pela Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES – MT de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.

## 35. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

35.1. A despesa decorrente do fornecimento objeto desta concorrência, a princípio, correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES - MT, no Programa de Trabalho 2026, havendo a emissão do empenho respectivo apenas em caso de utilização da respectiva Ata de Registro de Preços.

## 36. DISPOSIÇÕES FINAIS

36.1. Em caso de divergência existente entre as especificações descritas no Portal Transparência (<https://www.licitanet.com.br>) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

36.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário especificado.



36.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

36.4. É facultado ao Agente de Contratação e seus auxiliares proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

36.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

36.6. Será divulgada ata da sessão pública no Portal Transparência.

36.7. Os interessados/licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas, não podendo alegar seu desconhecimento.

36.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

36.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

36.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

36.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

36.12. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Concorrência.

36.13. A Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES – MT não se responsabilizará por eventuais danos causados à licitante, decorrentes do uso indevido da senha durante as transações efetuadas, ainda que por terceiros.

36.14. Caso qualquer documento apresentado pela licitante tenha sido emitido em língua estrangeira, este deverá estar acompanhado da respectiva tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e devidamente autenticado pela via consular ou registrado em cartório de títulos e documentos.

36.15. Se traduzido para a língua portuguesa no exterior, a tradução deverá ter sido efetuada por profissional qualificado, segundo as leis do país de origem e os documentos autenticados pela via consular.

36.16. O horário de atendimento presencial do protocolo administrativo da Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES – MT é das 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, no horário oficial de Mato Grosso.



### 37. FORO

37.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Barra do Bugres - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

BARRA DO BUGRES - MT, 29 de abril de 2026.

**RUDINEI DA CRUZ LINHARES**  
Secretário Municipal de Administração

**EDIRLEI SOARES DA COSTA**  
Agente de contratação



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

**LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA- SRP, QUE TEM POR FINALIDADE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BLOCOS COM 72 (SETENTA E DUAS) UNIDADES DE LÓCULOS CADA, TOTALIZANDO 216 (DUZENTOS E DEZESSEIS) UNIDADES, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO DE 01 (UM) OSSUÁRIO COM 90 (NOVENTA) GAVETAS, NO CEMITÉRIO VERTICAL RECANTO DA PAZ, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES – MT.**

---

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A presente contratação tem por objeto a execução de **obra e serviços de engenharia** destinados à construção de 03 (três) blocos contendo 72 (setenta e duas) unidades de lóculos (gavetas) e 01 (um) ossuário com 90 (noventa) gavetas, no Cemitério Vertical Recanto da Paz, no Município de Barra do Bugres – MT, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias à plena execução do objeto.

**2.2.** Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação caracteriza-se como **obra de engenharia**, por envolver intervenção com alteração do espaço físico, mediante execução indireta.

**2.2.** Dessa forma, conforme dispõe o art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a **Concorrência** é a modalidade de licitação adequada para a contratação de obras e serviços de engenharia, sendo obrigatória para contratações de maior vulto ou complexidade técnica, como é o caso em análise.

**2.3.** Ademais, a adoção da forma **eletrônica** encontra respaldo no art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece como regra geral a utilização de meios eletrônicos nas licitações públicas, visando ampliar a competitividade, a transparência, a economicidade e a eficiência do certame.

**2.4.** A escolha pela Concorrência Eletrônica também se justifica em razão da necessidade de assegurar a participação ampla de licitantes potencialmente interessados, garantindo isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme preconiza o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

**2.5.** Importante destacar que o objeto demanda capacidade técnica operacional e profissional específica, além de cumprimento rigoroso de normas técnicas de engenharia, o que reforça a necessidade de um procedimento licitatório mais robusto, com critérios de habilitação compatíveis com a complexidade da obra.

**2.6.** A contratação está devidamente alinhada ao planejamento da Administração Pública Municipal, observando os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público, visando atender à demanda crescente por espaços adequados para sepultamento, promovendo a organização e ampliação da infraestrutura do cemitério municipal.

---

#### 3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE



**3.1.** A presente contratação decorre da necessidade urgente de ampliação da infraestrutura do Cemitério Vertical Recanto da Paz, no Município de Barra do Bugres – MT, tendo em vista o cenário atual de **elevada taxa de ocupação dos lóculos existentes**, bem como a projeção de crescimento contínuo da demanda por sepultamentos e guarda de restos mortais.

**3.2.** Levantamentos realizados pela Administração Municipal, por meio do setor responsável pela gestão cemiterial, indicam que a capacidade instalada atual se encontra **com taxa de ocupação estimada entre 85% e 95%**, restando quantitativo reduzido de lóculos disponíveis para atendimento imediato. Tal situação caracteriza um quadro de **iminente esgotamento da capacidade operacional**, o que pode comprometer a continuidade e regularidade da prestação do serviço público essencial.

**3.3.** No que se refere à demanda, com base em dados históricos de registros de óbitos no Município e considerando a média dos últimos anos, estima-se uma ocorrência anual aproximada de **120 a 180 sepultamentos**, podendo haver variações em função de fatores sazonais e epidemiológicos. A esse cenário soma-se a necessidade de disponibilização de espaços para **exumação e guarda de restos mortais em ossuário**, prática comum após o decurso do prazo legal, o que amplia ainda mais a pressão sobre a estrutura existente.

**3.4.** Adicionalmente, considerando o crescimento populacional do Município e da região de influência, bem como a tendência de urbanização e verticalização dos serviços públicos, projeta-se um aumento gradual da demanda ao longo dos próximos anos, podendo alcançar um acréscimo estimado de **10% a 20% no volume de atendimentos em médio prazo (5 anos)**.

**3.5.** Diante desse contexto, a construção de 03 (três) blocos com 72 (setenta e duas) unidades de lóculos e 01 (um) ossuário com 90 (noventa) gavetas mostra-se medida **tecnicamente necessária, proporcional e estrategicamente adequada**, permitindo não apenas suprir o déficit atual, mas também conferir maior capacidade de planejamento e gestão futura.

**3.6.** Sob a ótica urbanística e ambiental, a adoção do modelo de cemitério vertical representa solução eficiente para **otimização do uso do espaço público**, reduzindo a necessidade de expansão horizontal e minimizando impactos ambientais, em consonância com boas práticas de gestão sustentável.

**3.7.** Do ponto de vista sanitário, a ampliação da estrutura garante que os sepultamentos e a guarda de restos mortais ocorram em condições adequadas, mitigando riscos à saúde pública e assegurando conformidade com normas técnicas e regulatórias vigentes.

**3.8.** Importante destacar que a ausência de intervenção imediata poderá acarretar **colapso na capacidade de atendimento do serviço cemiterial**, obrigando o Município a adotar medidas emergenciais, menos eficientes e potencialmente mais onerosas, além de gerar transtornos à população em momento de elevada sensibilidade social.

**3.9.** Por fim, a contratação se alinha aos princípios do planejamento, eficiência e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, configurando-se como medida indispensável para garantir atendimento digno, organizado e adequado às necessidades da população do Município de Barra do Bugres – MT.

---

#### 4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS



4.1. A presente contratação tem por objeto a execução de **obra e serviços de engenharia** destinados à construção de **03 (três) blocos contendo, cada um, 72 (setenta e duas) unidades de lóculos (gavetas)**, totalizando **216 (duzentos e dezesseis) lóculos**, bem como a construção de **01 (um) ossuário com 90 (noventa) gavetas**, a serem implantados no Cemitério Vertical Recanto da Paz, no Município de Barra do Bugres – MT.

4.2. Os serviços compreendem a execução integral da obra, incluindo o **fornecimento de todos os materiais, mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e insumos necessários**, em conformidade com os projetos básicos/executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram o processo.

4.3. De forma não exaustiva, os serviços a serem executados incluem:

- a) Serviços preliminares, tais como mobilização de equipe, instalação de canteiro de obras, limpeza e preparação do terreno;
- b) Execução de fundações, conforme especificações técnicas e condições do solo local;
- c) Execução de estruturas em concreto armado ou outro sistema construtivo definido em projeto;
- d) Levantamento de alvenaria ou sistemas construtivos equivalentes para formação dos lóculos e ossuário;
- e) Execução de revestimentos internos e externos, acabamento das gavetas e vedação adequada;
- f) Instalação de tampas, e demais elementos necessários ao funcionamento dos lóculos e ossuário;
- g) Execução de sistemas de drenagem, de acordo com planilhas;
- f) Adequações e interligações com a infraestrutura existente no cemitério;
- i) Serviços de acabamento, limpeza da obra e entrega em plenas condições de uso.

4.4. Os blocos deverão ser executados de forma padronizada, garantindo **uniformidade estética, funcionalidade, durabilidade e segurança estrutural**, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, em especial as da ABNT, bem como as exigências sanitárias e ambientais pertinentes.

4.5. O ossuário deverá ser construído com características que assegurem **adequada ventilação, vedação, organização e fácil acesso**, respeitando os critérios técnicos e legais para armazenamento de restos mortais.

4.6. A execução dos serviços deverá ocorrer sob regime de **empreitada por preço global**, cabendo à contratada a responsabilidade pela perfeita execução do objeto, desde a mobilização até a entrega definitiva da obra, incluindo a correção de eventuais falhas, vícios ou imperfeições constatadas.

4.7. Todos os serviços deverão ser executados por profissionais habilitados, com acompanhamento técnico por responsável devidamente registrado no CREA/CAU, garantindo a qualidade, segurança e conformidade da obra.





4.8. Deverá ainda ser garantida a **adequada impermeabilização**, quando aplicável, de modo a evitar infiltrações, vazamentos e degradação precoce da estrutura.

4.9. Ao final, a contratada deverá realizar a **limpeza completa da obra**, remoção de entulhos, resíduos e materiais excedentes, deixando o local em condições adequadas de uso.

4.10. Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e em conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis, sendo vedada a utilização de materiais reutilizados ou fora de especificação.

4.11. A execução deverá observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho, cabendo à contratada a responsabilidade integral pela integridade de seus trabalhadores, terceiros e usuários do local.

4.12. A obra deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, com todas as unidades prontas para utilização, atendendo integralmente à finalidade pública a que se destina, seguindo padrões técnicos de engenharia e boas práticas construtivas.

---

## 5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. A qualificação técnica dos licitantes deverá ser exigida nos termos dos arts. 62 a 67 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de comprovar que a empresa possui capacidade técnica operacional e profissional compatível com o objeto da contratação, qual seja, a execução de obra de engenharia para construção de lóculos e ossuário.

### 5.2 Registro ou Inscrição em Conselho Profissional

A licitante deverá comprovar:

5.2.1. Registro ou inscrição no **CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)** ou no **CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo)**, em plena validade;

5.2.2. Registro do responsável técnico vinculado à empresa, compatível com o objeto da contratação.

### 5.3. Qualificação Técnico-Profissional

5.3.1. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo CREA/CAU, detentor de **Atestado(s) de Responsabilidade Técnica**, devidamente registrado(s) no conselho competente, acompanhado(s) da respectiva **CAT (Certidão de Acervo Técnico)**, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto, tais como:

- Execução de obras em concreto armado;
- Construção de estruturas verticais (lóculos, ossuários ou similares);
- Serviços de alvenaria estrutural ou convencional;

5.3.2. A comprovação do vínculo do profissional com a empresa deverá ser feita por meio de:

- Registro em carteira de trabalho; ou
- Contrato social; ou
- Contrato de prestação de serviços; ou
- Declaração de compromisso de vinculação futura.

### 5.4. Qualificação Técnico-Operacional

5.4.1. A licitante deverá apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de obras ou serviços de engenharia compatíveis com o objeto licitado.



5.4.2. Para fins de aferição de compatibilidade, será exigido que o(s) atestado(s) demonstre(m):

- Execução de quantitativos mínimos correspondentes a, no mínimo, **50% do objeto licitado**, admitindo-se o somatório de atestados, conforme entendimento consolidado dos Tribunais de Contas.

5.4.3. Poderão ser considerados como itens relevantes:

- Execução de estruturas de concreto armado;
- Construção de unidades compartimentadas (como salas, nichos, gavetas ou similares);
- Obras com múltiplos módulos repetitivos.

### 5.5. Exigência de CAT

5.5.1. se tratar de atividades de engenharia, garantindo a veracidade das informações e a vinculação ao responsável técnico. Os atestados apresentados deverão estar acompanhados da respectiva **Certidão de Acervo Técnico (CAT)** emitida pelo CREA//CAU, quando

### 5.6. Declaração de Disponibilidade de Equipe e Equipamentos

5.6.1. A licitante deverá apresentar declaração formal de que dispõe, ou disporá no momento da execução contratual, de:

- Equipe técnica qualificada;
- Equipamentos adequados à execução da obra;
- Estrutura operacional suficiente para cumprimento dos prazos e condições estabelecidas.

### 5.7. Visita Técnica (se aplicável)

5.7.1. Poderá ser prevista visita técnica facultativa, mediante agendamento prévio, com a finalidade de permitir pleno conhecimento das condições locais. Nesse caso:

- A visita não será obrigatória, em observância à jurisprudência dominante;
- A empresa que optar por não realizar a visita deverá apresentar declaração de pleno conhecimento das condições de execução.

### 5.8. Vedações e Observações

5.8.1. É vedada a exigência de comprovação de vínculo empregatício exclusivo do responsável técnico;

5.8.2. Não será exigida experiência anterior idêntica ao objeto, mas sim **compatível em características, quantidades e complexidade**, conforme art. 67 da Lei nº 14.133/2021;

5.8.3. As exigências deverão observar o princípio da competitividade, evitando restrições indevidas.

---

## 6. PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1. O prazo para execução dos serviços será de **210 (duzentos e dez) dias corridos**, contados a partir da **emissão da Ordem de Serviço** pela Administração.

6.2. A contratada deverá iniciar os serviços em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da Ordem de Serviço, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

6.3. O prazo estabelecido poderá ser **prorrogado**, desde que devidamente justificado e autorizado pela Administração, nas hipóteses previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- Alterações do projeto ou especificações pela Administração;
- Superveniência de fatos imprevisíveis ou de difícil previsão;
- Interrupções por ordem da Administração;
- Condições climáticas excepcionalmente adversas que impeçam a execução dos serviços.

6.4. O descumprimento do prazo contratual, sem justificativa aceita pela Administração, sujeitará a contratada à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

---

## 7. LOCAL DE EXECUÇÃO

*Praça Ferreira Mendes, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000*

*Email: [licitacao@barradobugres.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradobugres.mt.gov.br) Fone: 0800 880 1845*



7.1. Os serviços objeto desta contratação serão executados no **Cemitério Vertical Recanto da Paz**, localizado no Município de Barra do Bugres – MT, em área previamente definida pela Administração.

7.2. A execução deverá observar as condições físicas do local, respeitando a organização estrutural existente, acessos, alinhamentos e demais características do cemitério, de modo a garantir a adequada integração da nova construção com a infraestrutura já implantada.

7.3. Compete à contratada realizar prévia vistoria no local, a fim de tomar conhecimento das condições existentes, tais como topografia, acesso, disponibilidade de espaço, interferências e demais aspectos que possam influenciar na execução dos serviços, não podendo alegar desconhecimento posterior para fins de revisão contratual.

7.4. A contratada será responsável por toda a logística necessária à execução da obra no local, incluindo transporte de materiais, equipamentos e mão de obra, bem como pela adoção de medidas que garantam a segurança dos trabalhadores, usuários e visitantes do cemitério.

7.5. Deverão ser observadas, ainda, as normas sanitárias e de segurança aplicáveis a ambientes funerários, evitando qualquer interferência indevida nas áreas em uso e garantindo a continuidade das atividades no local durante a execução da obra.

---

## 8. ESTIMATIVA DE VALOR

8.1. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 485.993,30 (quatrocentos e oitenta e cinco reais, novecentos e noventa e três mil e trinta centavos)**, apurado com base em **composição de custos unitários extraídos da Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil)**, observando-se os parâmetros técnicos e metodológicos adotados para obras e serviços de engenharia no âmbito da Administração Pública.

8.2. A formação do orçamento estimativo considerou:

- Levantamento detalhado dos quantitativos de serviços, conforme projetos e memorial descritivo;
- Utilização de composições de custos atualizadas da Tabela SINAPI, compatíveis com a natureza dos serviços;
- Aplicação de custos unitários de materiais, mão de obra e equipamentos;
- Inclusão de encargos sociais e trabalhistas;
- Incidência de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), contemplando despesas administrativas, tributos, seguros, riscos e margem de lucro da contratada.

8.3. Para fins de referência e transparência, foi adotada a base SINAPI vigente na data da elaboração do orçamento, podendo ser utilizada a versão mais recente disponível para o Estado de Mato Grosso ou região de referência equivalente, conforme orientação dos órgãos de controle.

8.4. O valor estimado será utilizado como parâmetro para análise de exequibilidade das propostas apresentadas no certame, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitidas propostas com valores inferiores, desde que demonstrada sua viabilidade técnica e econômica.

8.5. Ressalta-se que o orçamento detalhado se encontra consolidado em planilha orçamentária integrante do processo, contendo a discriminação dos itens, quantitativos, custos unitários e totais.

8.6. A Administração poderá promover diligências para aferir a compatibilidade dos preços ofertados com os valores de mercado, especialmente em casos de propostas com indícios de inexequibilidade, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa.



## 9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento pela execução do objeto será realizado de forma parcelada, conforme a evolução física da obra, mediante medições dos serviços efetivamente executados e aprovados, em conformidade com o cronograma físico-financeiro e nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A CONTRATADA deverá apresentar, para cada medição, o respectivo Boletim de Medição, acompanhado da memória de cálculo dos quantitativos executados, relatório fotográfico e demais documentos comprobatórios, os quais serão submetidos à análise e validação do Fiscal do Contrato.

9.3. Após a conferência e aprovação da medição pelo Fiscal Técnico, o processo será encaminhado ao Gestor do Contrato para atesto e autorização de pagamento, condicionando-se à apresentação da nota fiscal/fatura correspondente.

9.4. As medições serão realizadas mensalmente, ou em periodicidade compatível com o andamento da obra, devendo refletir fielmente os serviços executados no período, sendo vedado o pagamento por serviços não executados ou executados em desconformidade com o contrato.

9.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da nota fiscal pelo setor competente, desde que cumpridas todas as exigências contratuais e legais, incluindo:

9.6. Regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA;

9.7. Comprovação do recolhimento de encargos sociais e previdenciários, quando aplicável;

9.8. Ausência de pendências na execução dos serviços.

9.10. A CONTRATANTE poderá realizar glosas nos valores apresentados, caso verifique inconsistências, divergências nos quantitativos ou execução em desacordo com as especificações técnicas, devendo tais ajustes ser devidamente justificados.

9.11. Poderão ser efetuadas as retenções legais cabíveis, conforme legislação vigente, incluindo tributos e contribuições incidentes sobre os serviços prestados.

9.12. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado, mediante aplicação de índice oficial aplicável ao setor da construção civil, conforme previsto no contrato, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

9.13. O pagamento da última parcela ficará condicionado à conclusão integral da obra, à emissão do Termo de Recebimento Provisório e à apresentação da documentação final exigida. O pagamento final não exime a CONTRATADA das responsabilidades relativas à garantia da obra e à correção de eventuais vícios construtivos.

9.14. Não será efetuado qualquer pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente previstas na legislação vigente.

## 10. FORMA DE EXECUÇÃO

10.1. A execução do objeto se dará de forma **indireta**, sob o regime de **empreitada por preço global**, cabendo à contratada a responsabilidade integral pela execução da obra, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e todos os insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

10.2. A contratada deverá executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, bem como as boas práticas da engenharia civil.

10.3. A execução deverá ocorrer de forma contínua, organizada e planejada, respeitando o prazo estabelecido, sendo vedada a paralisação injustificada dos serviços.

10.4. A contratada será responsável por:

- Planejamento e organização da obra;
- Mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos;
- Aquisição, transporte e armazenamento adequado de materiais;



- Execução de todas as etapas construtivas previstas;
- Controle de qualidade dos serviços executados;
- Cumprimento das normas de segurança do trabalho;
- Limpeza e organização permanente do canteiro de obras.

**10.5.** A execução deverá observar as condições existentes no local, garantindo a integração da nova estrutura com o ambiente já implantado, sem comprometer o funcionamento regular do cemitério.

**10.6.** Os serviços poderão ser acompanhados e fiscalizados pela Administração a qualquer tempo, sendo facultada a realização de inspeções, solicitações de ajustes e determinações técnicas, que deverão ser prontamente atendidas pela contratada.

**10.7.** Eventuais adequações técnicas que se fizerem necessárias durante a execução deverão ser previamente autorizadas pela Administração, mediante justificativa formal.

**10.8.** A medição dos serviços poderá ser realizada por etapa concluída ou ao final da execução, conforme definido pela fiscalização, condicionando o pagamento à verificação da conformidade dos serviços executados.

**10.9.** Ao final, a obra deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, atendendo integralmente às especificações estabelecidas, sendo condição para o recebimento definitivo a verificação da qualidade, segurança e funcionalidade da estrutura executada.

---

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**11.1.** Executar integralmente a obra de construção dos 05 (cinco) blocos de lóculos e do ossuário, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, conforme condições estabelecidas, garantindo a perfeita adequação técnica e funcional do empreendimento.

**11.2.** Manter, durante toda a execução contratual, responsável técnico devidamente habilitado, com registro no CREA/CAU, emitindo a respectiva ART ou RRT, e assegurando o acompanhamento permanente da obra. Cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado, comunicando previamente à CONTRATANTE quaisquer intercorrências que possam impactar prazos ou qualidade da execução.

**11.3.** Fornecer todos os materiais necessários à execução da obra, observando padrões de qualidade, normas técnicas da ABNT e especificações do projeto, sendo vedado o uso de materiais de qualidade inferior ou sem certificação.

**11.4.** Executar os serviços com mão de obra qualificada e em quantidade suficiente, garantindo a boa técnica construtiva, a segurança dos trabalhadores e a conformidade com as normas trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

**11.5.** Implantar e manter o canteiro de obras em condições adequadas de organização, higiene e segurança, incluindo sinalização da área, controle de acesso e proteção de terceiros.

**11.6.** Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução da obra, por ação ou omissão, independentemente de dolo ou culpa.

**11.7.** Adotar todas as medidas necessárias à proteção ambiental, evitando danos ao meio ambiente, destinando corretamente resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação vigente.

**11.8.** Executar os serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, às normas da ABNT, garantindo a estabilidade, durabilidade e segurança das estruturas.





11.9. Realizar o controle tecnológico dos materiais e serviços, sempre que exigido, apresentando laudos e ensaios que comprovem a qualidade e conformidade da obra.

11.10. Manter atualizado o diário de obra, registrando todas as ocorrências relevantes, evolução dos serviços, condições climáticas e demais informações pertinentes.

11.11. Permitir e facilitar a fiscalização da CONTRATANTE, prestando todas as informações solicitadas, bem como atendendo prontamente às determinações e recomendações emitidas pela fiscalização.

11.12. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou determinações da fiscalização.

11.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e demais encargos decorrentes da execução do contrato, não transferindo à Administração qualquer ônus decorrente de inadimplemento.

11.14. Providenciar a regularização da obra junto aos órgãos competentes, quando aplicável, bem como a obtenção de licenças, alvarás e demais autorizações necessárias à execução dos serviços.

11.15. Garantir a qualidade da obra pelo prazo legal, responsabilizando-se pela correção de vícios, defeitos ou falhas construtivas que venham a ser constatadas após a entrega.

11.16. Proceder à limpeza final da obra, removendo entulhos, materiais excedentes e quaisquer resíduos, entregando o objeto em perfeitas condições de uso.

11.17. Apresentar, ao final da execução, toda a documentação pertinente, incluindo relatórios finais, “as built” (quando aplicável), certidões e demais documentos exigidos para recebimento definitivo.

11.18. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

---

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Assegurar as condições necessárias para a adequada execução do objeto contratado, atuando de forma diligente na gestão e fiscalização do contrato, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

12.2. Emitir a **Ordem de Serviço**, autorizando formalmente o início da execução da obra, após a assinatura do contrato e verificação das condições necessárias.

12.3. Disponibilizar à contratada o **acesso ao local de execução**, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento dos serviços, observadas as normas de segurança e funcionamento do cemitério.

12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, podendo, para tanto:

- Realizar inspeções periódicas;
- Solicitar esclarecimentos e documentos;
- Determinar correções técnicas necessárias;
- Rejeitar serviços executados em desacordo com as especificações.





**12.5.** Atestar as medições e a execução dos serviços, desde que verificada a conformidade com as condições contratuais, como requisito para liberação dos pagamentos.

**12.6.** Efetuar os pagamentos devidos à contratada, conforme as condições estabelecidas, no prazo legal, após a devida liquidação da despesa.

**12.7.** Comunicar formalmente à contratadas quaisquer irregularidades identificadas na execução dos serviços, concedendo prazo para correção, quando cabível.

**12.8.** Aplicar as sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução dos serviços, sempre que solicitados pela contratada, de forma a não comprometer o andamento da obra.

**12.9.** Promover, quando necessário, a adequação do projeto ou das especificações técnicas, mediante justificativa formal, observando os limites legais e contratuais.

**12.10.** Receber o objeto contratado, provisoriamente e definitivamente, após verificação da conformidade dos serviços executados, conforme previsto na legislação.

**12.11.** Garantir que a execução dos serviços ocorra em conformidade com o interesse público, assegurando condições para sua continuidade e adequada finalização.

---

### 13. DAS PENALIDADES

**13.1.** Constituem infrações administrativas, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, dentre outras:

- Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Dar causa à inexecução total do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- Apresentar declaração ou documentação falsa;
- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- Praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

#### 13.2. Sanções Aplicáveis

Nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:



### **I – Advertência:**

Aplicável em casos de infrações leves, sem prejuízo significativo à execução contratual, servindo como medida educativa e preventiva.

### **II – Multa:**

Aplicável nos casos de atraso, inadimplemento parcial ou total, ou execução em desacordo com as condições contratuais, podendo ser:

- **Multa moratória:** de até **0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a **10% (dez por cento)**;
- **Multa compensatória:** de até **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total ou parcial.

A multa poderá ser descontada dos pagamentos devidos ou cobrada administrativamente ou judicialmente.

### **III – Impedimento de licitar e contratar:**

Aplicável quando houver infrações mais graves, impedindo a CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até **3 (três) anos**.

### **IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:**

Aplicável nas hipóteses de infrações gravíssimas, especialmente quando constatada fraude ou má-fé, impedindo a CONTRATADA de licitar ou contratar com qualquer ente da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de até **6 (seis) anos**.

#### *13.3. Dosimetria das Penalidades*

Na aplicação das sanções serão considerados, conforme art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021:

- A natureza e a gravidade da infração;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos causados à Administração;
- A vantagem auferida pela CONTRATADA;
- A reincidência.

#### *13.4. Processo Administrativo Sancionador*

A aplicação de qualquer penalidade observará o devido processo administrativo, nos termos do art. 157 da Lei nº 14.133/2021, garantindo:

- Notificação prévia da CONTRATADA;
- Prazo para apresentação de defesa;
- Análise técnica e jurídica;
- Decisão motivada pela autoridade competente.

#### *13.5. Cumulação de Sanções*

As sanções previstas poderão ser aplicadas **cumulativamente**, especialmente a multa com as demais penalidades, conforme a gravidade da infração.



### *13.6. Rescisão Contratual*

O descumprimento das obrigações poderá ensejar a **rescisão do contrato**, nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

### *13.7. Responsabilização Complementar*

A aplicação das penalidades administrativas não afasta:

- A responsabilização civil pelos danos causados à Administração ou a terceiros;
- A responsabilização penal, quando cabível;
- A aplicação das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

## 14. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**14.1.** A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas de forma contínua, sistemática e integrada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de assegurar a execução integral do objeto contratado, o cumprimento das obrigações pactuadas e a observância dos padrões técnicos, legais e administrativos exigidos.

**14.2.** A CONTRATANTE designará formalmente um Gestor do Contrato e um Fiscal Técnico, podendo ainda contar com apoio de Fiscal Administrativo, quando necessário. O Gestor do Contrato será responsável pela coordenação geral da execução contratual, atuando no acompanhamento dos prazos, controle do cronograma físico-financeiro, análise das medições, encaminhamento dos processos de pagamento, gestão de riscos e eventual proposição de sanções ou aditivos contratuais. Já o Fiscal Técnico, obrigatoriamente profissional habilitado na área de engenharia, será responsável pelo acompanhamento direto da obra, verificando a conformidade dos serviços executados com os projetos, especificações técnicas, normas da ABNT e demais exigências aplicáveis, além de atestar a qualidade dos serviços e validar as etapas executadas.

**14.3.** A execução da obra será acompanhada por meio de instrumentos formais de controle, tais como diário de obra, relatórios de fiscalização, boletins de medição e cronograma físico-financeiro. O diário de obra deverá ser mantido atualizado no local da execução, contendo registros diários sobre o andamento dos serviços, condições climáticas, mão de obra empregada, materiais utilizados e eventuais ocorrências relevantes. Os relatórios de fiscalização serão elaborados periodicamente pelo Fiscal Técnico, consolidando as informações sobre a evolução da obra, eventuais inconformidades e providências adotadas.

**14.4.** A rotina de fiscalização compreenderá a realização de vistorias periódicas, preferencialmente semanais, com o objetivo de verificar o cumprimento das etapas previstas, a adequação dos materiais empregados, a qualidade da execução e o atendimento às normas técnicas. Eventuais irregularidades identificadas deverão ser formalmente registradas e comunicadas à CONTRATADA, com a fixação de prazo para sua correção, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**14.5.** As medições dos serviços executados serão realizadas com base nos quantitativos efetivamente executados e devidamente aferidos pelo Fiscal Técnico, devendo a CONTRATADA apresentar boletim de medição para análise e validação. Somente serão atestados para pagamento os serviços que estiverem em conformidade com o contrato e devidamente aprovados pela fiscalização.



**14.6.** A comunicação entre as partes deverá ocorrer de forma formal, por meio de registros escritos, incluindo notificações, ordens de serviço, relatórios e anotações no diário de obra, de modo a garantir a rastreabilidade das decisões e a transparência da execução contratual.

**14.7.** Ao final da obra, será realizada vistoria para fins de recebimento provisório, mediante emissão de termo circunstanciado, podendo ser estabelecidas ressalvas para correção de eventuais pendências. Após o decurso do prazo de observação e verificada a plena adequação do objeto às condições contratuais, será efetuado o recebimento definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

**14.8.** A atuação da fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução da obra, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade, segurança e durabilidade dos serviços executados, bem como pela correção de quaisquer vícios ou defeitos constatados, inclusive após a entrega do objeto.

**14.9.** A Fiscalização do referido contrato ficará a cargo dos colaboradores abaixo:

<b>FISCAL TITULAR:</b> MARCELO MESSIAS DOS SANTOS TAQUES	CPF: XXX.493.271-XX
<b>FISCAL SUPLENTE:</b> WALDECY SOARES DOS SANTOS	CPF: XXX.531.871-XX
<b>FISCAL TÉCNICO:</b> ENGENHEIRO CIVIL KAIQUE SILVEIRA BORGES	CPF: XX.762.201-XX

## **15. DA GARANTIA DA OBRA**

**15.1.** A contratada deverá assegurar a qualidade, solidez e segurança da obra executada, responsabilizando-se pelos serviços realizados pelo prazo mínimo de **05 (cinco) anos**, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, nos termos da legislação civil e das normas técnicas aplicáveis à construção civil.

**15.2.** Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, quaisquer defeitos, vícios construtivos ou falhas verificadas na obra, decorrentes de execução inadequada, emprego de materiais de baixa qualidade ou descumprimento das especificações técnicas.

**15.3.** A garantia abrange, especialmente:

- Estabilidade e segurança estrutural dos lóculos;
- Integridade das estruturas de alvenaria ou concreto;
- Vedação e impermeabilização;
- Acabamentos executados;
- Durabilidade dos materiais empregados.

**15.4.** Constatada qualquer irregularidade durante o período de garantia, a contratada será formalmente notificada para promover a correção no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**15.5.** A execução de reparos ou correções durante o período de garantia não ensejará qualquer ônus adicional à Administração.

**15.6.** A garantia ora estabelecida não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por danos decorrentes de vícios ocultos ou defeitos estruturais, nos termos da legislação vigente.

**15.7.** O recebimento definitivo do objeto não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais quanto à qualidade e segurança da obra executada, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.



## 16. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

A presente contratação encontra-se amparada por **previsão orçamentária suficiente**, em conformidade com as normas de finanças públicas e com o planejamento orçamentário do Município de Barra do Bugres – MT.

### 12. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

1007 CONSTRUÇÃO /REFORMA DE CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA

12.001.04.122.8050.1007.4490510000.150

## 17. DISPOSIÇÕES FINAIS

**17.1.** A presente contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria, assegurando o atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

**17.2.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins, independentemente de transcrição, todos os documentos que compõem o processo administrativo, especialmente a pesquisa de preços, eventuais projetos, memoriais descritivos, cronogramas e demais peças técnicas pertinentes.

**17.3.** A participação da empresa na contratação implica plena ciência e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, não podendo alegar desconhecimento posterior de quaisquer elementos necessários à execução do objeto.

**17.4.** Eventuais omissões ou dúvidas decorrentes da interpretação deste Termo de Referência deverão ser sanadas pela Administração, observando-se a legislação vigente e o interesse público, sendo vedada qualquer interpretação que comprometa a adequada execução do objeto.

**17.5.** Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com base na legislação aplicável, nos princípios gerais da Administração Pública e nas boas práticas de gestão contratual.

**17.6.** Fica eleito o foro da comarca de Barra do Bugres – MT para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução do contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Barra do Bugres/MT, 28 de abril de 2026

**GEOVANNY DE ALMEIDA SANTOS**  
Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos



**ANEXO II - MODELO DE  
DECLARAÇÕES**

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A.....(razão social da empresa), CNPJ nº....., localizada à  
.....,por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital  
da Concorrência nº ...../2026, declara, sob as penas da lei, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;
- d) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES – MT ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Local e data.

---

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)





### ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À

**Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES -  
MT**

Concorrência nº /2026

BARRA DO BUGRES - Mato Grosso

#### **PROPOSTA**

O proponente a seguir identificado:

Razão Social:		
CNPJ:	Nome Fantasia:	
Logradouro:		Número:
Complemento:	Bairro:	
Cidade:		CEP:
Telefone Fixo:	Email:	
Banco:	Agência:	Conta:
Representante:		Telefone Celular:

Em atendimento ao disposto na Concorrência nº /2026, após análise do referido edital e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a fornecer as mercadorias objeto da licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

Item	Descrição	unid	Preço Total
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BLOCOS COM 72 (SETENTA E DUAS) UNIDADES DE LÓCULOS CADA, TOTALIZANDO 216 (DUZENTOS E DEZESSEIS) UNIDADES, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO DE 01 (UM) OSSUÁRIO COM 90 (NOVENTA) GAVETAS, NO CEMITÉRIO VERTICAL RECANTO DA PAZ, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES – MT.	unid	R\$ 485.993,30
VALOR TOTAL			R\$ 485.993,30

**VALOR TOTAL: R\$ 485.993,30 (quatrocentos e oitenta e cinco reais, novecentos e noventa e três mil e trinta centavos).**

E, para tanto, declaro que no preço estão incluídos todos os custos diretos ou indiretos com o fornecimento dos materiais, inclusive tributos, equipamentos, pessoal, taxas, transportes, alimentação etc., e que a presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Data e Local.

\_\_\_\_\_  
Nome completo e Assinatura do proponente



ANEXO IV – CARTA DE CREDENCIAMENTO  
Modelo de Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

À

Ref.: Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº /2026.

Indicamos o (a) Sr. (a)....., Portador (a) da cédula de identidade nº....., órgão expedidor....., como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todo os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Informações Importantes: CNPJ nº

Inscrição Estadual nº Razão Social:

Nome de Fantasia:

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

OBS: Em caso de representação por meio de procuração particular, a mesma deverá ter firma reconhecida em cartório.



## ANEXO V – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Declaramos, para todos os efeitos legais, que a empresa ....., CNPJ ....., reúne todos os requisitos de habilitação exigidas no Edital, quanto às condições de qualificação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, bem como de que está ciente e concorda com o disposto em Edital da Concorrência Eletrônica /2026 e com as regras definidas no Decreto Municipal nº 03/2024.

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

Obs.: No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração, além de juntar o documento com restrição no envelope de habilitação.



## ANEXO VI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de BARRA DO BUGRES - MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES - MT, CNPJ nº 03.507.522/0001-72, situada à Praça Felipe F. Mendes, 1000, BARRA DO BUGRES - MT - CEP: 78.390.000, neste ato representada pelo , doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Concorrência, em sua forma Eletrônica, sob o nº 02/2026, com critério de julgamento menor preço, cujo objeto é a **Registro de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BLOCOS COM 72 (SETENTA E DUAS) UNIDADES DE LÓCULOS CADA, TOTALIZANDO 216 (DUZENTOS E DEZESSEIS) UNIDADES, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO DE 01 (UM) OSSUÁRIO COM 90 (NOVENTA) GAVETAS, NO CEMITÉRIO VERTICAL RECANTO DA PAZ, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES – MT**, processada nos termos do Processo Administrativo nº /2026, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, II, 78, IV, e 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 003/ 2024, segundo as cláusulas e condições seguintes:

### 1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BLOCOS COM 72 (SETENTA E DUAS) UNIDADES DE LÓCULOS CADA, TOTALIZANDO 216 (DUZENTOS E DEZESSEIS) UNIDADES, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO DE 01 (UM) OSSUÁRIO COM 90 (NOVENTA) GAVETAS, NO CEMITÉRIO VERTICAL RECANTO DA PAZ, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES – MT**, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Anexo I do Edital da Concorrência nº /2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado.

### 2. ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

2.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Ata de Registro de Preço - ARP será a Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES - MT, já identificado no preâmbulo.

2.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do presente registro de preços:

### 3. REGISTROS FORMALIZADOS

3.1. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS com vistas a Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE 03 (TRÊS) BLOCOS COM 72 (SETENTA E DUAS) UNIDADES DE LÓCULOS CADA, TOTALIZANDO 216 (DUZENTOS E DEZESSEIS) UNIDADES, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO DE 01 (UM) OSSUÁRIO COM 90 (NOVENTA) GAVETAS, NO CEMITÉRIO VERTICAL RECANTO DA PAZ, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES – MT**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do



procedimento licitatório supracitado.

4. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

4.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa: XXX - CNPJ: XXX Representante Legal: XXX Telefone: (XX) XXXX-XXXX - E-mail: XXX Endereço: XXX							
Item	Descrição			Unidade	Qtde	Preço Unitári o	Preç o Total 7

4.2. O fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, que são parte integrante da presente ARP, independente de transcrição, e que devem ser totalmente observados e cumpridos e:

- Termo de Referência contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto;
- Proposta(s) comercial(is) do(s) particular(es) cujo(s) preço(s) conta(m) registrado(s);
- Edital da Concorrência nº /2026.

5. **VIGÊNCIA DA ARP**

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP (<https://pncp.gov.br/>), e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

5.2. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

5.3. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

5.4. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos meios oficiais de publicação e divulgação.



6.

#### **CONTRATAÇÕES FUTURAS**

6.1. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação e na jurisprudência do TCU.

6.2. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador, e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual será formalizado nos autos de gestão da ARP por intermédio de apostilamento e publicado.

6.3. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação referente a Concorrência nº /2026 e seus anexos.

7.

#### **VÍNCULOS DA ARP**

7.1. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

7.2. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Edital de Licitação da Concorrência nº /2026.

8.

#### **ADESÃO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA NÃO PARTICIPANTE**

8.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

#### **OU**

8.2. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que observadas as disposições abaixo:

- a) O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.





- b) É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.
- c) Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.
- d) Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional [licitacoes@barradobugres.mt.gov.br](mailto:licitacoes@barradobugres.mt.gov.br), no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

8.3. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, que poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

8.4. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

8.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata, sendo que esse prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

## **9. LIMITES PARA ADESÕES**

9.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

9.3. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À MEI'S, ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R\$ 80.000,00(oitenta mil reais), conforme jurisprudência do TCU.

9.4. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



9.5. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

- a) Em até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,
- b) Apenas durante a vigência da presente ARP.

## **10. COMUNICAÇÃO AO GERENCIADOR**

10.1. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente informar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da contratação, a contratação para fins de registro definitivo.

## **11. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**

11.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **12. CONTRATAÇÃO DECORRENTE DA ARP**

12.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) na ARP deverá ser formalizada no prazo de validade da Ata e será formalizada por intermédio da emissão de Instrumento de Contrato (Anexo V do Edital da Concorrência Eletrônica nº /2026), conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não havendo a formalização de Instrumento de Contrato.

12.2. Na formalização da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

12.3. As contratações decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alteradas, observado o disposto no arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **13. ATRIBUIÇÕES DO GERENCIADOR DA ARP**

13.1. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

13.2. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

- a) Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;
- b) Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;



- c) Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;
- d) Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à(s) solicitação(ões) de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à(s) solicitação(ões) de ADESÃO(ÕES) realizada(s) por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência(s) complementar(es) necessária(s) ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente e a jurisprudência do TCU;
- e) Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão;
- f) Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU;
- g) Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;
- h) Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- i) Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular(es) contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;
- j) Instruir os autos de gestão da presente ARP.

#### 14.

#### **ATRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE**

14.1. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE compete:

- a) Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;
- b) Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;
- c) Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;



- d) Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;
- e) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

**15.**

**OBRIGACÕES DO FORNECEDOR**

15.1. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

- a) Retirar a respectiva nota de empenho no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
- b) Indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;
- c) Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
- d) Respeitar as demais condições e obrigações contidas nesta ARP e no Edital e Anexos da Concorrência nº /2026, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- e) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;
- f) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- g) Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;
- h) Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;
- i) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;



- j) Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

## **16. CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES**

16.1. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo CANCELAMENTO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, VII, e § 5º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.2. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

16.3. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

16.4. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

16.5. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

## **17. PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO**

17.1. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br/>), bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial.

17.2. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR na Internet (<https://www.barradobugres.mt.gov.br/>), inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

## **18. ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS**

18.1. Salvo negociação entre o órgão gerenciador e o(s) fornecedor(es), os preços registrados serão REAJUSTADOS automaticamente, para mais ou para menos, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 (doze) meses, contados da assinatura da ARP, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PI \times IR$$

Onde:



**PR** = Preço reajustado

**PI** = Preço inicial da Ata de Registro de Preços

**IR** = Índice de reajuste

18.2. Na hipótese de reajuste, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto antes da formalização da prorrogação, cabendo à Administração decidir sobre o interesse na prorrogação em caso de reajuste.

18.3. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, deverá ser formulado durante a vigência da presente Ata e antes de eventual prorrogação.

18.4. Do mesmo modo, à Administração pode solicitar a REVISÃO dos preços registrados em caso de desequilíbrio econômico-financeiro em seu desfavor.

18.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.6. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos seguintes casos:

- a) ausência de comprovação da elevação dos encargos do particular;
- b) ocorrência de evento antes da formulação das propostas;
- c) ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do fornecedor;
- d) culpa do fornecedor pela majoração dos seus encargos (o que inclui a previsibilidade da ocorrência do evento).

18.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo requerido desequilíbrio de preços de mercado.

18.8. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, o órgão gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceita(m) manter seu(s) preço(s) registrado(s).





18.9. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 11 desta ARP.

**19. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ARP**

19.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

19.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

19.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

19.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto Municipal nº 03/2024.

19.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

19.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**20. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

20.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado;
- d) Sofrer sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicada por qualquer órgão da União Federal (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021); ou
- e) Sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no caso de declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

20.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não



ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

20.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

20.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

20.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA ARP**

21.1. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas do Edital de Licitação da Concorrência Eletrônica nº /2026, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

21.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

21.3. Cabe a cada órgão ou entidade participante ou aderente a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

21.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências passível de cancelamento do registro do fornecedor.

## **22. CANCELAMENTO E RESCISÃO DA ARP**

22.1. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

- a) Não houve acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas no item 12 desta ARP, na Lei Federal nº 14.133, de 2021.



- b) Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
- c) Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

22.2. O registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

- a) Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;
- b) Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;
- c) Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;
- d) Não manter as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 (trinta) dias corridos; ou
- e) Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou no art. 87, III ou IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 2002.

22.3. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

22.4. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

22.5. O cancelamento/revogação do registro na hipótese do fornecedor recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

22.6. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

22.7. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

## 23.

### **DISPOSICÕES FINAIS**



23.1. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei Federal nº 14.133, de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 003/2024.

BARRA DO BUGRES - MT, em, de de 2026.

Assinatura de Representante da Prefeitura

Assinatura de Representante do Fornecedor



**ANEXO VII - MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_ / 2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ..... / ,  
Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE  
EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA E  
SERVIÇOS DE ENGENHARIA  
DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE 03  
(TRÊS) BLOCOS COM 72 (SETENTA E  
DUAS) UNIDADES DE LÓCULOS CADA,  
TOTALIZANDO 216 (DUZENTOS E  
DEZESSEIS) UNIDADES, BEM COMO A  
IMPLANTAÇÃO DE 01 (UM) OSSUÁRIO  
COM 90 (NOVENTA) GAVETAS, NO  
CEMITÉRIO VERTICAL RECANTO DA  
PAZ, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO  
BUGRES – MT.**

O Município de BARRA DO BUGRES - MT, por intermédio da **Prefeitura Municipal de BARRA DO BUGRES - MT**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.522/0001-72, com sede na Praça Felipe F. Mendes, BARRA DO BUGRES - MT, CEP: 78.243-000, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pela Prefeito Municipal, Senhor Airton Justino do Nascimento, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediado(a) na....., em.....doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por.....(nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI nº 2026 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica nº /2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. OBJETO (art. 92, I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação, pelo Sistema de Registro de Preços para prestações de serviços de manutenção corretiva e preventiva, reforma e ampliação predial, manutenção e conservação de vias, sob demanda, a serem executados nos logradouros e prédios públicos, a partir do maior percentual de desconto ofertado sobre a tabela de custos referenciais SICRO e/ou Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices



SINAPI, para atender as necessidades da Unidades Administrativas participantes/interessadas do município de BARRA DO BUGRES/MT.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Unitário	Valor Total
------	---------------	--------	-------------------	---------------------	----------------	-------------

1.2. Como a presente contratação é decorrente de Ata de Registro de Preços, poderá haver a emissão de novos empenhos adicionais, dentro da vigência da referida ARP, que serão registrados por intermédio de apostilamento e farão parte integrante do presente contrato.

1.3. Fazem parte integrante do presente Termo de Contrato e a ele se vinculam, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Concorrência Eletrônica nº /2026;
- c) A Proposta da Contratada;
- d) As Notas de Empenho emitidas a partir da ARP nº /2026;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da contratação, sendo automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima (art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, previstas neste instrumento.

2.2. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato, sempre que possível, deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (art. 92, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

3.1. O presente Termo de Contrato se vincula à Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, subsidiariamente, às seguintes leis:

- a) Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Pequena Empresa);
- b) Lei Federal nº 10.406, de 2002 (Código Civil);





- c) Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- d) Lei Federal nº 12.846, de 2013 (Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências);
- e) Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação);
- f) Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD);

#### **4. REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

4.1. O regime de execução é o de empreitada por preço global (art. 46, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

#### **5. SUBCONTRATAÇÃO (art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

6.1. São obrigações do Contratante:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Não exigir da Contratada, serviços estranhos às atividades especificadas no Termo de Referência;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- d) fornecer as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- e) previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;
- f) notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- g) comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação;
- h) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



- i) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência, salvo no caso de parcela onde houver controvérsia.

6.2. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir sobre qualquer requerimento da Contratada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, admitida a prorrogação motivada, por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. (art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

6.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

7.1. A Contratada obriga-se a cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato (art. 118 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), sendo que a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade;
- b) atender às determinações regulares emitidas pelo(a) fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- c) alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, em especial aqueles descritos para execução dos serviços previstos no Termo de Referência, fornecendo serviços, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- d) reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo(a) fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- e) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



- f) efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
- g) não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do(a) fiscal ou gestor(a) do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- h) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, em especial a documentação exigida na habilitação técnica;
- i) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- j) comunicar ao(à) fiscal do contrato, no prazo de até 1 (um) dia útil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- k) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do(s) serviço(s);
- l) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- m) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- n) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- o) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- p) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista no art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 1991, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), comprovando o cumprimento da legislação, no prazo fixado pelo(a) fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas e mantendo durante todo o período de contratação as cotas exigidas por Lei;



- q) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- r) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- s) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, além das recomendações do(a) fiscal de contrato;
- t) apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que atuarão na execução do serviço;
- u) instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante, bem como em relação às atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- v) obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- w) atender às determinações regulares emitidas pelo(a) fiscal ou gestor(a) do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- x) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- y) entregar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede da Contratada, além das certidões federais que não estejam sendo emitidas pela rede mundial de computadores;
- z) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- aa) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



- bb) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- cc) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- dd) alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- ee) orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- ff) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- gg) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- hh) executar os serviços objeto desta contratação com presteza e rapidez, conforme as necessidades do Contratante;
- ii) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado, sem prévia anuência do Contratante;
- jj) não caucionar nem utilizar o contrato a ser firmado para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da administração deste Regional;
- kk) arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre a contratação, inclusive os trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual devendo apresentar, sempre que solicitada pelo(a) gestor(a) do contrato, a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos;
- ll) recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa aplicadas, em procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais;
- mm) acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do(a) gestor(a)e/ou do fiscal do contrato designado pela Administração.

## **8. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD(Lei Federal nº 13.709, de 2018)**

8.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato



administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 13.709, de 2018, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da Lei Federal nº 13.709, de 2018, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

8.7. A Contratada deverá exigir de sub operadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da Lei Federal nº 13.709, de 2018, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (art. 37 da Lei Federal nº 13.709, de 2018), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.709, de 2018.

8.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

## **9. PRAZOS(art. 92, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**





9.1. A execução dos serviços será precedida de solicitação com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e deverá ser executado nas datas e horários solicitados, salvo em caso fortuito ou de força maior (art. 393 da Lei Federal nº 10.406, de 2002).

#### **10. RECEBIMENTO DO OBJETO (art. 140, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

10.1. A entrega do(s) serviço(s) será(ão) realizada(s) preferencialmente de forma única por etapa, de acordo com a descrição dos serviços contida no Termo de Referência, acompanhada de Nota Fiscal correspondente, a qual deverá ser preenchida com as especificações apresentadas neste Instrumento de Contrato e/ou no Termo de Referência.

10.2. A entrega deverá ocorrer:

- f) Endereço: XXX;
- g) Responsável: XXX;
- h) Telefone: XXX;
- i) E-mail: XXX;
- j) Horário de Funcionamento: XXX às XXX no horário oficial de Mato Grosso (GMT - 04:00);

10.3. O prazo de entrega será conforme cronograma indicado anteriormente, salvo se prazo maior houver sido previsto no Termo de Referência.

10.4. Após a execução, objeto do contrato será recebido (art. 140, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- k) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 140, I, “a”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021); e
- l) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, I, “b”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

#### **11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

11.1. A despesa decorrente do fornecimento objeto desta contratação correrá à conta dos créditos orçamentários consignados ao Contratante, nos Programas de Trabalho XXX e será empenhada integralmente no ato da contratação e sempre que necessário e possível a utilização da Ata de Registro de Preços nº XXX/2026.

#### **12. PREÇO (art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

12.1. O valor total da contratação é de R\$ (....), referente à emissão da Nota de Empenho nº XXX a partir da ARP nº XXX/2026, podendo ser emitidos empenhos adicionais a partir da referida ARP, desde que dentro de seus limites e vigência e, conseqüentemente, aumentando o valor da presente contratação.



12.2. No valor acima, e nos empenhos adicionais, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

12.3. O pagamento poderá conter glosas em virtude dos resultados apurados no Instrumento de Medição de Resultados - IMR (Anexo I-C do Termo de Referência).

### **13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

13.1. Para que a Nota Fiscal seja encaminhada para liquidação e pagamento será feito o recebimento provisório pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização (art. 140, I, “a”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e o recebimento definitivo por servidor ou comissão designada pela autoridade competente (art. 140, I, “b”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), conforme regulamentação prevista no Decreto Municipal nº .

### **14. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO (art. 143 e 146 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

14.1. A Contratada deverá entregar a Nota Fiscal após a execução do serviço, sob pena de não recebimento, e as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas na habilitação da licitação, ou as justificativas pela impossibilidade de apresentação das referidas certidões, além de outros documentos eventualmente exigidos no Termo de Referência para liquidação e pagamento, em até vigésimo dia do mês subsequente após a entrega do objeto contratado e emissão da nota, sob pena de caracterizar a infração tipificada no art. 155, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.2. O CNPJ constante da Nota Fiscal e/ou DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica) deverá ser o mesmo indicado na proposta e neste instrumento de contrato.

14.3. O pagamento do objeto da presente contratação, sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais, será efetuado até o 20º (vigésimo) dia, a partir do recebimento definitivo do objeto contratado, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da Contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 03/2024.

14.4. Nos pagamentos, o Contratante poderá reter cautelarmente valores referente a eventuais multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento e dano, devendo ser liberada no prazo previsto para pagamento a parcela incontroversa. (art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

14.5. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

14.6. Nos termos do art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso o pagamento seja efetuado após 30 (trinta) dias do recebimento definitivo do objeto contratado, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica



convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = encargos moratórios;

**I** = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado:  
 $I = (6/100/365)$ ;

**N** = número de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = valor da parcela a ser paga.

#### **15. GARANTIA DE EXECUÇÃO** (art. 92, XII e XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

15.1. A garantia legal de adequação do serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor. (art. 24 da Lei Federal nº 8.078, de 1990)

15.2. A garantia contratual é complementar à legal. (art. 50 da Lei Federal nº 8.078, de 1990)

#### **16. REAJUSTE** (art. 92, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta (dia de abertura do certame licitatório).

16.2. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Para efeito do disposto no item anterior, será apreciada a possibilidade da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com data-base vinculada à data da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PI \times IR$$

Onde:

**PR** = Preço reajustado

**PI** = Preço inicial

**IR** = Índice de reajuste

16.4. Na hipótese de reajuste, a Contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste.

16.5. A Contratada somente terá direito a reajustes se não tiver dado causa a atrasos no cumprimento de suas obrigações.

16.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



16.7. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

17.1. No caso de a Contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será responsabilizada administrativamente em uma ou mais das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

17.2. Em caso de atraso na execução dos serviços, será aplicada multa de mora, correspondente a 2% (um por cento) por dia útil de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite máximo de 10% (dez por cento), nas hipóteses de atraso injustificado na entrega do(s) serviço(s). A entrega após esse prazo configura a inexecução parcial do contrato, cuja multa será de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação e a não entrega até 10 (trinta) dias úteis após o prazo final de entrega caracterizará inexecução total do contrato, cuja multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. As sanções de advertência (art. 156, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), impedimento de licitar e contratar (art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

17.5. O processamento das penalidades seguirá os ditames da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



17.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

17.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

17.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.9. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do art. 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos. (art. 159 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

17.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à contratada do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

17.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.13. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **18. ALTERAÇÕES(arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

#### **19. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

19.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

19.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada automaticamente até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato. (art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

19.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;  
e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

19.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

19.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. (art. 137, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

19.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

19.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

19.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).





19.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## **20. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor- e normas e princípios gerais dos contratos.

## **21. PUBLICAÇÃO(art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

21.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (<https://pncp.gov.br/>), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

## **22. FORO (art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Barra do Bugres/MT, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação administrativa, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e como prova de assim haverem ajustado, depois de lido e achado de acordo, este instrumento será assinado digitalmente ou, em caso de impossibilidade, impresso e assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

BARRA DO BUGRES - MT, em ....., de.....de 2026.

Representantes legais:

**Prefeita municipal**  
Contratante

XXXXXXXXXXXXX  
Contratada



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS  
CONCORRENCIA PUBLICA Nº02/2026 SRP

Pág.  
82

Testemunhas:

**Nome da 1ª Testemunha**

Matrícula: ????????



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS  
CONCORRENCIA PUBLICA Nº02/2026 SRP

Pág.  
83

**Nome da 2ª Testemunha**

Matrícula: ????????